



1.000

QUESTÕES PARA O

DEGASE-RJ

COMUM AOS CARGOS DE AGENTE ADMINISTRATIVO E AGENTE DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVA

NV-LV238-25-1000-QUESTOES-DEGASE-RJ-COM Cód.: 7908428813178

SUMÁRIO

LÍ	NGUA PORTUGUESA	11
>	ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS	11
> .	ACENTUAÇÃO	12
> .	ARTIGO	16
> :	SUBSTANTIVO	19
> .	ADJETIVO	21
\rightarrow	CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS	26
>	PRONOMES PESSOAIS	29
\rightarrow	PRONOMES DE TRATAMENTO	30
> .	ADVÉRBIO	31
\rightarrow	PREPOSIÇÃO	33
>	CONJUNÇÃO	35
> :	SIGNIFICAÇÃO DE VOCÁBULO E EXPRESSÕES	39
\rightarrow	ORAÇÕES COORDENADAS	42
\rightarrow	ORAÇÕES SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS	45
\rightarrow	ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS	47
\rightarrow	ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS	47
\rightarrow	PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC)	49
\rightarrow	REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS)	55
\rightarrow	CRASE	58
\rightarrow	CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL)	59
\rightarrow	INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	65
→ .	TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL	94
>	GABARITO E	103
R/	ACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO	107
	ESTATÍSTICA - PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA	107
	PROBABILIDADE DA INTERSECÇÃO	
	MATEMÁTICA - ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS	
	DIVISIBILIDADE, NÚMEROS PRIMOS, FATORES PRIMOS, DIVISOR E MÚLTIPLO COMUM (MMC)	

\rightarrow	SISTEMAS DE NUMERAÇÃO (DECIMAL, BINÁRIO, HEXADECIMAL, OCTAL, ROMANO, CONVERSÃO ENTRE SISTEMAS)	110
\rightarrow	PONTO, RETA, PLANO, SEGMENTOS DE RETA: PROPOSIÇÕES PRIMITIVAS, POSIÇÕES RELATIVAS	110
\rightarrow	QUADRILÁTEROS (PROPRIEDADES, ÁREA, PERÍMETRO, SOMA DOS ÂNGULOS, ETC)	110
\rightarrow	RACIOCÍNIO LÓGICO - PROPOSIÇÕES: DEFINIÇÃO, RECONHECIMENTO, PRINCÍPIOS LÓGICOS	111
\rightarrow	OPERADORES LÓGICOS (REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA; DIFERENÇA ENTRE PROPOSIÇÃO SIMPLES E COMPOSTA)	112
\rightarrow	EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS)	113
\rightarrow	ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE	114
\rightarrow	DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES	114
\rightarrow	ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES	114
\rightarrow	SEQUÊNCIAS DE NÚMEROS, FIGURAS, LETRAS E PALAVRAS	116
\rightarrow	ORIENTAÇÃO NO PLANO, NO ESPAÇO E NO TEMPO	118
	EXERCÍCIOS ENVOLVENDO DATAS E CALENDÁRIOS	
\rightarrow	GABARITO	120
D	IREITOS HUMANOS	123
\rightarrow	CONCEITOS, HISTÓRICO E GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS	123
	DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH)	
\rightarrow	DECRETO N° 7.037/2009 - PNDH-3	124
\rightarrow	DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	125
\rightarrow	GABARITO 🗐	125
D	IREITO PENAL	127
\rightarrow	DIREITO ADMINISTRATIVO - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1° A 8°-A DA LEI N° 8.429/1992)	127
\rightarrow	DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9° A 11 DA LEI N° 8.429/1992)	127
\rightarrow	DAS PENAS (ART. 12 DA LEI N° 8.429/1992)	129
	DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL (ARTS. 14 A 18-A DA LEI Nº 8.429/1992)	
\rightarrow	DAS DISPOSIÇÕES PENAIS (ARTS. 19 A 22 DA LEI Nº 8.429/1992)	130
\rightarrow	DIREITO PENAL - PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DE DIREITO PENAL	130
\rightarrow	LEI PENAL (CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO, CARACTERÍSTICAS, INTERPRETAÇÃO)	131
\rightarrow	CONFLITOS DE LEIS PENAIS NO TEMPO (ARTS. 1° E 2° DO CP)	131
\rightarrow	LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA (ART. 3° DO CP)	131
\rightarrow	TEMPO DO CRIME (ART. 4° DO CP)	132
	DA CONTAGEM DOS PRAZOS (ARTS. 10 E 11 DO CP)	
\rightarrow	PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE (ART. 5° DO CP)	132
\rightarrow	PRINCÍPIO DA EXTRATERRITORIALIDADE (ART. 7° DO CP)	133
\rightarrow	CONCEITO DE CRIME	133
\rightarrow	ELEMENTOS DO FATO TÍPICO	133
\rightarrow	AÇÃO E OMISSÃO (ART. 13, § 2°, DO CP)	133

\rightarrow	DOLO, CULPA E PRETERDOLO (ARTS. 18 E 19 DO CP)	133
\rightarrow	ERRO DE TIPO (ART. 20 DO CP)	133
\rightarrow	TIPICIDADE E RESULTADO	134
\rightarrow	TENTATIVA (CRIME) (ART. 14, INCISO II E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CP)	134
\rightarrow	CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ILICITUDE E SUAS EXCLUDENTES (ART. 23 DO CP)	134
\rightarrow	ESTADO DE NECESSIDADE (ART. 24 DO CP)	135
	LEGÍTIMA DEFESA (ART. 25 DO CP)	
	CONCEITOS GERAIS DA CULPABILIDADE	
\rightarrow	IMPUTABILIDADE PENAL (ARTS. 26 A 28 DO CP)	135
	POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE: ERRO DE PROIBIÇÃO E DESCRIMINANTES PUTATIVAS (ARTS. 20, §1°, E 21 DO CP)	
	EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA (ART. 22 DO CP)	
	HOMICÍDIO (ART. 121 DO CP)	
	FEMINICÍDIO (ART. 121-A DO CP)	
	INDUZIMENTO, INSTIGAÇÃO OU AUXÍLIO A SUICÍDIO OU A AUTOMUTILAÇÃO (ART. 122 DO CP)	
	INFANTICÍDIO (ART. 123 DO CP)	
	DAS LESÕES CORPORAIS (ART. 129 DO CP)	
	DOS CRIMES CONTRA A HONRA (ARTS. 138 A 145 DO CP)	139
\rightarrow	DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL E DA EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE SEXUAL (ARTS. 213 A 216-B DO CP)	139
\rightarrow	DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL (ARTS. 217-A A 226 DO CP)	140
\rightarrow	FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO (ART. 297 DO CP)	141
\rightarrow	PECULATO (ART. 312 DO CP)	141
\rightarrow	CONCUSSÃO E EXCESSO DE EXAÇÃO (ART. 316 DO CP)	141
\rightarrow	CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317 DO CP)	142
	PREVARICAÇÃO (ARTS. 319 E 319-A DO CP)	
\rightarrow	LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - LEI Nº 9.455/1997 - CRIMES DE TORTURA	143
\rightarrow	GABARITO 🗐	143
D	IREITO CONSTITUCIONAL	145
\rightarrow	DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1° A 4° DA CF/1988)	145
\rightarrow	DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5° DA CF/1988)	148
\rightarrow	DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6° E 7° DA CF/1988)	155
\rightarrow	ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)	156
\rightarrow	DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS	156
\rightarrow	DOS SÍMBOLOS E IDIOMA DA REPÚBLICA (ART. 13 DA CF/1988)	157
\rightarrow	SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	157
\rightarrow	INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS)	158
\rightarrow	PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS	158
\rightarrow	PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 17 DA CF/1988)	158
\rightarrow	DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988)	159

\rightarrow	UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988)	160
\rightarrow	ESTADOS FEDERADOS - ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, BENS (ARTS. 25 A 28 DA CF/1988)	161
\rightarrow	MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988)	161
\rightarrow	DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988)	162
	DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988)	
	DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 44 A 47 DA CF/1988)	
	DO SENADO FEDERAL (ART. 52 DA CF/1988)	
	DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF/1988)	
\rightarrow	ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO (ART. 92 DA CF/1988)	165
\rightarrow	DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF (ARTS. 101 A 103 DA CF/1988)	166
\rightarrow	DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ (ART. 103-B DA CF/1988)	166
	PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS (MINISTÉRIO PÚBLICO)	
	COMPOSIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
\rightarrow	DA ADVOCACIA PÚBLICA (ARTS. 131 E 132 DA CF/1988)	167
	GABARITO (=)	
D	IREITO ADMINISTRATIVO	. 169
\rightarrow	DIREITO ADMINISTRATIVO - ORIGEM, CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO	169
\rightarrow	REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	170
\rightarrow	PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS	171
\rightarrow	PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS	173
\rightarrow	CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS	175
\rightarrow	ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS)	175
\rightarrow	ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	176
\rightarrow	ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	176
\rightarrow	PODER REGULAMENTAR	178
\rightarrow	PODER HIERÁRQUICO	178
\rightarrow	PODER DISCIPLINAR	179
\rightarrow	PODER DE POLÍCIA	179
\rightarrow	BUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO)	179
\rightarrow	ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS)	180
\rightarrow	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	182
\rightarrow	DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO	184
\rightarrow	AGÊNCIAS REGULADORAS E EXECUTIVAS	186
\rightarrow	TERCEIRO SETOR (OSS, OSCIPS, SISTEMA S E FUNDAÇÕES DE APOIO)	186
\rightarrow	CONCEITOS INICIAIS E TEORIAS DA RESPONSABILIDADE	187
\rightarrow	CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS	187
\rightarrow	FUNÇÕES, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS	188
\rightarrow	GABARITO	190

D	IREITOS CIVIL	193
\rightarrow	DIREITO CIVIL - DA PROTEÇÃO DA PESSOA DOS FILHOS (ARTS. 1.583 A 1.590)	193
\rightarrow	DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO (ARTS. 1.591 A 1.638)	193
\rightarrow	DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - DA FAMÍLIA SUBSTITUTA: GUARDA, TUTELA E ADOÇÃO (ARTS. 28 A 52-D DA LEI N° 8.069/1990 - ECA)	
\rightarrow	PEDAGOGIA - AFETIVIDADE	195
\rightarrow	GABARITO	195
LI	EIS ESPECIAIS	197
\rightarrow	DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1° A 6° DA LEI N° 8.069/1990 - ECA)	197
\rightarrow	DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE (ARTS. 7° A 14 DA LEI N° 8.069/1990 - ECA)	198
	DO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE (ARTS. 15 A 18-B DA LEI N° 8.069/1990 - ECA)	
\rightarrow	DISPOSIÇÕES GERAIS DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR (ARTS. 19 A 24 DA LEI N° 8.069/1990 - ECA)	
\rightarrow	DA FAMÍLIA NATURAL (ARTS. 25 A 27 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)	
	DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER (ARTS. 53 A 59 DA LEI N° 8.069/1990 - ECA)	
\rightarrow	DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO (ARTS. 60 A 69 DA LEI N° 8.069/1990 - ECA)	
\rightarrow	DAS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS (ARTS. 112 A 125 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)	
\rightarrow	DA REMISSÃO (ARTS. 126 A 128 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)	209
	DISPOSIÇÕES GERAIS DO ACESSO À JUSTIÇA (ARTS. 141 A 144 DA LEI N° 8.069/1990 - ECA)	
\rightarrow	DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE (ARTS. 145 A 151 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)	212
\rightarrow	DOS PROCEDIMENTOS DO ACESSO À JUSTIÇA (ARTS. 152 A 197-F DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)	212
\rightarrow	LEI N° 12.594/2012 - SINASE	213
\rightarrow	PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO DIR. DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À CONV. FAMILIAR	216
\rightarrow	OUTRAS RESOLUÇÕES CONANDA	219
\rightarrow	DIREITOS HUMANOS - CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL (DEC. N° 65.810)	220
\rightarrow	REGRAS MÍNIMAS DA ONU PARA O TRATAMENTO DE PRISIONEIROS	223
\rightarrow	CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA O RACISMO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL (DECRETO Nº 10.932/2022)	224
\rightarrow	GABARITO ()	226

DIREITO CONSTITUCIONAL

→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1° A 4° DA CF/1988)

- **1. (IDECAN 2025)** Tomando por base as disposições expressas na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que indique corretamente um dos princípios pelo qual o Brasil rege suas relações internacionais.
- a) Dependência nacional.
- b) Prevalência dos direitos humanos.
- c) Dignidade da pessoa humana.
- d) Pluralismo político.
- e) Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- 2. (IDECAN 2025) Segundo a Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo seguinte princípio:
- a) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- b) os valores sociais dirimentes do trabalho e da livre iniciativa.
- c) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- d) independência nacional.
- e) prevalência da cidadania.
- **3. (IDECAN 2024)** Com fulcro na Constituição Federal, é um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:
- a) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- Desenvolver a solução pacífica de conflitos e a igualdade entre os Estados.
- c) Promover a defesa da paz e o pluralismo político.
- d) Incentivar a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- **4. (IDECAN 2024)** Segundo a Constituição Federal de 1988, dentre os fundamentos da República Federativa do Brasil consta o(a)
- a) ética.
- b) patriotismo.
- c) pluralismo político.
- d) ordem econômica internacional.
- **5. (IDECAN 2024)** A Constituição Federal de 1988 traz diversos princípios fundamentais para a República Federativa do Brasil, a qual se configura como um Estado Democrático de Direito fundado no:

- a) repúdio ao terrorismo e ao asilo político.
- b) socialismo.
- c) soberania.
- d) violabilidade do direito à vida.
- e) libertarianismo.
- **6. (IDECAN 2024)** Na forma consagrada pelo nosso texto maior, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988 (com mais de 130 emendas posteriores, até hoje), temos que a República Federativa do Brasil se rege nas suas relações internacionais por princípios. Com base nessa informação, assinale a alternativa que apresente corretamente um deles.
- a) dignidade da pessoa humana e pluralismo político
- solução contenciosa de conflitos, erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais
- c) intervenção controlada nos assuntos internos do Estado e solução pacífica de conflitos
- d) dever de cooperação internacional e prevalência dos direitos humanos
- e) igualdade entre os Estados e repúdio ao terrorismo e ao racismo
- **7. (IDECAN 2023)** Tomando por base os princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que representa um dos fundamentos da República Federativa do Brasil descrito no art. 1º da Magna Carta.
- a) O Estado confessional.
- b) A censura prévia da imprensa.
- c) O pluralismo político.
- d) A autodeterminação dos povos.
- **8. (IDECAN 2023)** Tendo por base os Princípios Fundamentais previstos na Constituição Federal, acerca dos Poderes da União, é correto afirmar que:
- As quatro funções estatais são as de legislar, administrar, julgar e executar, sendo elas dependentes e harmônicas entre si.
- As três funções estatais são as de legislar, administrar e julgar, sendo elas harmônicas e dependentes entre si.
- c) Compõe a União os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, sendo estes independentes e harmônicos entre si.
- d) Compõe a União os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, sendo estes dependentes e harmônicos entre si.

- 9. (IDECAN 2023) Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que
- a) Os Municípios e o Distrito Federal são entidades dotadas de autonomia e soberania.
- São Poderes da União, interdependentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- c) Garantir o bem de todos e erradicar a pobreza são fundamentos da República Federativa do Brasil.
- d) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- 10. (IDECAN 2023) Nos termos do art.1º da CRFB é correto afirmar que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos
- a) a soberania social; a cidadania; igualdade, a dignidade dos direitos humanos; os valores sociais do trabalho, da saúde e o pluralismo político.
- a soberania internacional; a cidadania; a dignidade dos direitos humanos; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e a singularidade política.
- a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
- d) a soberania social; independência nacional; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais da mulher, da livre iniciativa e o pluralismo político.
- 11. (IDECAN 2023) De acordo com os princípios fundamentais, a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal. Assim, é correto dizer que se constitui em
- a) poder emanado do povo, exercido por meio de representantes eleitos ou indiretamente, nos termos do Código Eleitoral.
- Estado Democrático de Direito, apresentando como características abstratas: a soberania, a cidadania, o meio ambiente, a dignidade da pessoa, os valores sociais e o pluralismo político.
- c) Estado Democrático de Direito, apresentando como fundamentos, com um rol exaustivo, a soberania, a dignidade da pessoa, os valores sociais do trabalho bem como o pluralismo econômico e político.
- d) Estado Democrático de Direito, apresentando como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político.
- **12. (IDECAN 2023)** Analisando os Princípios Fundamentais, podemos afirmar que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal e que se constitui:
- a) Em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
- Em Estado Democrático de Direito e tem como características abstratas: a soberania; direitos fundamentais à cidadania; meio ambiente, a dignidade da pessoa; os valores sociais e o pluralismo político.
- c) Em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou indiretamente, nos termos do Código Eleitoral.

- d) Em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, em rol exaustivo, a soberania; a dignidade da pessoa; direito a vida; os valores sociais do trabalho e o pluralismo político.
- **13. (IDECAN 2022)** No preâmbulo da Constituição, apresentam-se os valores supremos da sociedade brasileira. Estão eles listados nas alternativas a seguir, à exceção de uma.

Assinale-a.

- a) desenvolvimento
- b) segurança
- c) bem-estar
- d) justiça
- e) paz
- **14. (IDECAN 2022)** Entre os fundamentos da República do Brasil, conforme previsto na Constituição, estão os listados nas alternativas a seguir, à exceção de uma.

Assinale-a.

- a) soberania
- b) cidadania
- c) solidariedade
- d) pluralismo político
- e) dignidade da pessoa humana
- **15. (IDECAN 2022)** Ao contrário das regras, que são normas especificas, os princípios são normas amplas de caráter genérico e abstrato.

Nessa qualidade, é mandamento estruturante da República o princípio

- a) republicano.
- b) confederativo.
- do estado de direito.
- d) da função social do trabalho.
- e) da supremacia do interesse público.
- **16. (IDECAN 2022)** No Brasil, o legislador constituinte se preocupou em estabelecer um Estado democrático fundado em diversos valores que pudessem promover uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. Não sem razão, a promoção do bem de todos, sem quaisquer outras formas de discriminação, no que se inclui o preconceito de raça ou de cor, é considerada constitucionalmente:
- a) um princípio internacional.
- b) uma obrigação fundamental.
- c) um objetivo fundamental.
- d) um dever fundamental.
- e) uma garantia fundamental.
- 17. (IDECAN 2022) Como é próprio de nações democráticas, o Brasil se constituiu em estado de direito e se consolidou como uma República onde vigora uma forma federativa vinculada a diversos princípios fundamentais. Sobre estes princípios, assinale a alternativa correta.
- a) Os princípios fundamentais estão estabelecidos no preâmbulo da Constituição.
- b) Não podem ser revogados legalmente os princípios fundamentais.
- Dentre os princípios fundamentais, o principal é o da soberania nacional.

- d) A prevalência dos direitos humanos, assim como o pluralismo político, são princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.
- e) Dentre os princípios fundamentais, o mais importante é o da dignidade da pessoa humana.
- **18. (IDECAN 2021)** É correto apontar como objetivo fundamental que constitui a República Federativa do Brasil
- a) a prevalência dos direitos humanos.
- b) a não intervenção.
- c) a defesa da paz.
- d) a erradicação da pobreza e da marginalização.
- e) a autodeterminação dos povos.
- **19. (IDECAN 2021)** Conforme ensina o artigo 1º. da Constituição, vários são os fundamentos que a regem. Nas alternativas a seguir estão listados esses fundamentos, À EXCEÇÃO DE UMA. Assinale-a.
- a) soberania
- b) cidadania
- c) autodeterminação dos povos
- d) dignidade da pessoa humana
- **20. (IDECAN 2021)** A Constituição Federal estabelece princípios importantes para serem obedecidos não somente dentro da República Federativa do Brasil, mas, também, em suas relações internacionais. É o caso, por exemplo, do princípio da
- a) intervenção estatal.
- b) prevalência dos direitos humanos.
- c) promoção do desenvolvimento nacional.
- d) proibição do asilo político.
- **21. (IDECAN 2019)** A soberania, a cidadania e o pluralismo político são considerados fundamentos da República Federativa do Brasil, a qual, segundo se pode afirmar com base na Constituição Federal, tem por objetivos fundamentais:
- I. construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II. garantir a independência nacional;
- III. erradicar a pobreza e promover a defesa da paz.
- Analisando os itens acima, é correto afirmar que
- a) somente o item I está correto.
- b) somente o item II está correto.
- c) somente o item III está correto.
- d) somente os itens I e II estão corretos.
- e) somente os itens II e III estão corretos.
- **22. (IDECAN 2019)** Constituem-se objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, exceto
- a) garantir o desenvolvimento nacional.
- b) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- c) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- d) autodeterminação dos povos.
- e) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais regionais.

- **23. (IDECAN 2019)** A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos
- a) soberania, pluralismo político e independência nacional.
- b) valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e prevalência dos direitos humanos.
- c) igualdade entre os Estados, defesa da paz e garantia do desenvolvimento nacional.
- d) cidadania, soberania e dignidade da pessoa humana.
- e) promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- **24. (IDECAN 2019)** Sobre os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa correta.
- a) São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e os Tribunais de Contas.
- O Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- c) Constituem objetivos fundamentais os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- d) A República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- e) O Brasil rege-se nas suas relações internacionais por diversos princípios, dentre eles o pluralismo político.
- **25. (IDECAN 2019)** A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, exceto
- a) a dignidade da pessoa humana.
- b) a garantia do desenvolvimento nacional.
- c) a soberania.
- d) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- e) o pluralismo político.
- **26. (IDECAN 2017)** A Constituição da República Federativa do Brasil trata em seu Título I "Dos Princípios Fundamentais". Sobre o tema, assinale a afirmativa INCORRETA.
- a) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são fundamentos da República Federativa do Brasil.
- b) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil.
- c) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais é um princípio que rege a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.
- d) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- **27. (IDECAN 2017)** Quanto aos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, considerada a interpretação jurisprudencial, assinale a afirmativa correta.
- a) A soberania fundamenta a prescindibilidade do uso do idioma nacional nos atos processuais.
- A cláusula da reserva do possível não sofre limitação pela garantia constitucional do mínimo existencial.